



A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Euarda Bastos ABRAHÃO¹
Rafaela Jovial CITOLINO²
Juliene Aglio Oliveira PARRÃO³

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade apresentar a educação como um espaço de atuação do assistente social refletindo sobre os principais aspectos que levaram a sua inserção na Política de Educação Brasileira, bem como discorrer sobre as competências e atribuições desenvolvidas pelo profissional neste espaço socio ocupacional atualmente. Esse estudo é resultado das discussões realizadas na Oficina de Educação, no curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente e por meio das orientações obtidas no Grupo de Iniciação Científica da mesma instituição. Para melhor compreensão do tema abordado, foram utilizadas neste trabalho as metodologias de pesquisa bibliográfica e pesquisa em meio eletrônico.

Palavras-chave: Política de Educação. Assistente Social. Atuação profissional. Acesso à educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido a partir das discussões e reflexões realizadas em sala de aula durante a disciplina Oficina de Educação do 6º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo e por meio das orientações obtidas no Grupo de Iniciação Científica da mesma instituição.

O trabalho tem por objetivo refletir sobre a educação como um dos campos de atuação dos assistentes sociais, apontando suas principais atribuições profissionais neste espaço socioocupacional.

¹ Discente do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PICT) ‘Inclusão e Desigualdade: expressões Contemporâneas’. E-mail: ebastos40@gmail.com

² Discente do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PICT) ‘Inclusão e Desigualdade: expressões Contemporâneas’ da mesma instituição. E-mail: rafa_citolino@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, coordenadora e professora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente.

Para tanto, no primeiro momento apresentou-se uma breve conceituação sobre a educação e a Política de Educação Brasileira. Em seguida aludimos sobre a inserção do serviço social no campo educacional sendo apresentado quais os elementos motivadores para a requisição do assistente social na Política de Educação. Posteriormente, discorreu-se sobre a atuação do assistente social na Política de Educação, a qual está embasada no Código de Ética, na Lei que Regulamenta a Profissão e nas Diretrizes Curriculares. Por fim, destacou-se três elementos para os quais tem-se direcionado a atuação profissional do assistente social dentro da Política de Educação, sendo eles: a garantia do acesso, a garantia da permanência e a garantia da qualidade da educação escolarizada.

Para a fundamentação deste trabalho utilizou-se as metodologias de pesquisa bibliográfica e pesquisa em meio eletrônico que possibilitaram maior compreensão acerca do assunto abordado.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Para pensarmos sobre o Serviço Social no âmbito da Política de Educação torna-se importante refletirmos, de forma crítica, o contexto desta política social no cenário político, econômico e cultural dos tempos atuais.

Inicialmente é essencial aludir a concepção de educação que norteia a análise. Segundo Martins (2012, p. 34)

A educação é uma das dimensões mais complexas e importantes da vida social. Ela envolve diversos espaços: o próprio sujeito, a família, a política, as organizações de cultura e, dentre elas, a “escola”, no sentido amplo este termo encerra. Educação é um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diversos sujeitos.

Além disso, educação é também uma área estratégica do Estado para manter o controle da sociedade. Segundo Gramsci (1999) o capitalismo não utiliza somente a coerção, violência política ou econômica. O mesmo baseia-se na força ideológica utilizando como um meio a cultura hegemônica burguesa, naturalizando-a.

De acordo com Santos (2019, p. 21):

[...] a Educação configura-se de maneira antagônica, muitas vezes pouco plural e democrática, pois, ainda cumpre especialmente inscrita à lógica

capitalista, uma função muito mais mercantil e doutrinadora, responsável por formar trabalhadores e não críticos, pensadores e politicamente capazes de transformar a sociedade que vivem.

Portanto, utiliza-se o ambiente escolar, lugar que visa ou deveria visar a transmissão de conhecimentos historicamente construídos, para determinar uma estrutura econômica.

Além disso, a educação possibilita a reprodução ideológica dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra-hegemônica, que leva o indivíduo a qualquer tipo de opressão e alienação advinda da sociedade capitalista.

Pode-se dizer que a Política de Educação é entendida como uma expressão da própria da questão social, vista como resultado das lutas sociais, na busca pelo reconhecimento da educação como um direito social (ALMEIDA, 2005 p.10).

Em sua trajetória, a efetivação da Política de Educação brasileira, apesar de ter sido defendida desde o século XX, sempre esteve marcada pela exclusão. Isso pode ser compreendido pelo fato de a mesma não ter se constituído, até o momento, como direito social efetivo e universalmente garantido como ocorrem em vários países.

O registro mais antigo no que diz respeito ao serviço social educacional remete ao estado do Rio Grande do Sul em 1946, período em que foi implantado o serviço de assistência escolar por meio do Decreto nº 1394.

Articulado ao programa geral de assistência, suas atividades estavam voltadas às identificações de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, como também a à promoção de ações que contribuíssem para a adaptação e equilíbrio dos alunos ao meio social.

De acordo com Amaro (2012, p.19) “os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito, ou anormalidade social”.

A vinculação ideológica, por subordinação ou opção ao projeto político do Estado, conformou até a metade da década de 1970 um serviço social legitimador dos interesses da ordem vigente.

Dentre as funções do assistente social, encontravam-se:

Examinar a situação social e econômica dos alunos e de suas famílias;

Identificar casos de desajuste social e orientar os pais e professores sobre o tratamento adequado;
Orientar a organização e o funcionamento de entidades que congregassem professores e pais de alunos;
Orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias;
Realizar triagem de alunos que necessitassem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário;
Preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades;
Manter articulação com os grupos da escola (professores, pais) e outras entidades e comunidades;
Esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumissem sua parcela de responsabilidade no processo educativo (AMARO, 2012 p.20).

Nota-se que, a intervenção do Assistente Social no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los úteis ao capital.

A partir da reconceituação e seus desdobramentos críticos na ação dos profissionais de serviço social, a intervenção no âmbito educacional ganha novos espaços, mais especificamente com início na década de 1980. Passa-se a visualizar que a escola funciona como um aparelho ideológico para a reprodução social, mediante a educação tradicional e massificadora (AMARO, 2012 p.20).

Diante disso, a categoria profissional estabelece práticas que levem a problematização do sistema educacional, considerando principalmente os aspectos econômicos, políticos, culturais e as contradições entre a escola e a realidade social.

Neste sentido, as ações dos assistentes sociais na escola passam a incluir o diálogo e a participação da família no processo de aprendizagem do aluno e na gestão da escola. Em sua pauta, é incluído o enfrentamento a fome e a miséria e da violência contra a criança, que em muitas vezes, acarretam em situações de baixo nível de aprendizado, evasão e repetência.

Os ideais democráticos assumidos pelo serviço social reconceituado e crítico adota as seguintes práticas:

A coordenação e execução de políticas de ação social voltadas ao atendimento das demandas escolares, com atenção especial aos grupos mais pauperizados e excluídos;
O levantamento e identificação de necessidades, interesses e preocupações da comunidade escolar;
O gerenciamento e execução de programas de assistência social na educação;
A realização de estudos situacionais e parecer técnico sobre a realidade sociofamiliar e a história social dos alunos em acompanhamento profissional (AMARO, 2012 p. 21).

Além disso, construíram-se ações voltadas para um melhor desempenho escolar da criança e do adolescente por meio da articulação social com os Círculo de Pais e Mestres, Conselhos Tutelares, Grémio Estudantis e a equipe multiprofissional da rede.

No início da década de 1990, as equipes técnicas ganham um novo formato, assumindo funções vinculadas a saúde escolar. A prática do assistente social amplia sua atenção nas demandas emergentes na escola como nas situações relacionadas ao uso de drogas, gravidez na adolescência, déficit nutricional, depressão e alunos com necessidades especiais. Por meio dessas novas demandas, a pauta profissional do assistente social se estende principalmente no que diz respeito ao planejamento e execução de estudos no âmbito escolar.

É importante mencionar que a contribuição do assistente social no espaço educacional passa a ser conhecida principalmente pelas revistas científicas, pelos eventos da área profissional como os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e pelos encontros de pesquisadores.

Ao inserir o Serviço Social no âmbito educacional, pode-se diagnosticar a realidade da escola, propondo estratégias e alternativas às demandas apresentadas por muitas crianças e adolescentes, conforme aponta Almeida (2009, p. 59)

A presença dos assistentes sociais, sobretudo nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram esta oportunidade.

Assim, a atuação do Assistente Social não deve basear-se na solução de problemas sociais já inseridos neste ambiente (os quais afetam negativamente os estudantes), mas, deve-se pautar de modo mais amplo, em conjunto às famílias, realizando ações que possam prevenir situações problemáticas.

Na atualidade, vários estados e municípios brasileiros contam com a presença do assistente social nas escolas públicas e privadas. Apesar disso, é possível observar pouca representatividade da categoria neste espaço socioocupacional.

Desde o ano 2000, em nível nacional, há um movimento da categoria profissional, liderado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) com contribuição de diversos setores da sociedade, voltado para a implementação do serviço social educacional na rede pública de ensino, como já acontece em alguns estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e estado de São Paulo.

A seguir apresentar-se-á a atuação do Assistente Social na Política de Educação.

3 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A atuação dos profissionais de serviço social seja na educação ou em qualquer outro espaço socioocupacional está norteada pelos princípios, direitos e deveres estabelecidos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares. Tais princípios, direitos e deveres orientam às atribuições e competências dos assistentes sociais e devem ser respeitadas não somente pelos profissionais, mas bem como pelas instituições empregadoras.

As competências e atribuições requisitam do profissional algumas capacidades gerais para a compreensão do contexto sócio-histórico no qual situa-se sua intervenção, sendo elas: a apreensão crítica das relações sociais, de modo a compreende-las em sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira considerando suas particularidades; compreensão do significado social da profissão.

Outro ponto refere-se ao modo como o serviço social se desenvolveu socio historicamente; e a identificação das demandas sociais, tendo em vista o enfrentamento da questão social. Essas capacidades possibilitam, portanto, ao assistente social construir estratégias a partir da análise crítica da realidade para responder às demandas da sociedade.

uma das funções do assistente social, inserido na política de educação, é a de encaminhar as famílias para atendimento de suas necessidades concretas em outras políticas sociais, facilitando o acesso aos direitos sociais. Desta forma, o Serviço Social contribui para minimizar ou sanar dificuldades que influenciam na permanência e no desenvolvimento com sucesso do processo de ensino-aprendizagem destas crianças (BOLORINO, 2007 p. 107).

O trabalho do assistente social na Educação, tendo como base seu Projeto Ético Político, se refere a ações voltadas para a educação emancipadora, de modo a possibilitar que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e capacidades enquanto pessoa humana.

Conforme dispõe o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na brochura “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (2013, p. 37)

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil.

Ou seja, se introduz em meio as contradições das lutas societárias em torno dos processos de universalização e qualidade da educação, onde a partir da intervenção estatal por meio da promoção de programas assistenciais tem-se obtido resultados efetivos referentes as condições de acesso e permanência.

A atuação profissional do assistente social voltada para a democratização e qualidade da educação implica na introdução de outros agentes além do segmento estudantil para que a educação pública seja reconhecida e ampliada como um direito social, sendo eles às famílias, professores, os demais trabalhadores, gestores dos estabelecimentos públicos e privados, profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, instâncias de controle social e movimentos sociais. Desse modo, envolve ações não só de caráter individual, mas também coletivo.

Ademais, a atuação profissional do assistente social no âmbito da Política de Educação está direcionada para três principais questões: a garantia do acesso, a garantia da permanência e a garantia da qualidade da educação escolarizada.

3.1 A Garantia do Acesso à Educação Escolarizada

A garantia do acesso à educação escolarizada caracteriza-se como a principal marca da inserção dos assistentes sociais dentro da Política de Educação,

no entanto, apesar das estratégias para ampliar o acesso à educação escolarizada ainda não se obteve a efetiva universalização desta política em todos os níveis educacionais. O acesso à educação escolarizada continua desigual mesmo com a sua ampliação.

As principais estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada consistem na ideia de que sua garantia não é apenas uma ação exclusiva do Estado, mas que pode ser compartilhada com alguns setores da sociedade civil e com o mercado. Assim, observa-se que:

[...] fortes incentivos fiscais ao setor privado, ampliação dos programas assistenciais, ampliação da modalidade de educação à distância, desenvolvimento de programas de crescimento da rede educacional pública, mediante pactos de adesão para recebimento de recursos adicionais, fomento à contratação de crédito para financiamento dos estudos e contratação de assessorias privadas para a elaboração e avaliação de projetos pedagógicos [...] (CFESS, 2013, p. 39)

É neste cenário em que se tem um aumento da requisição de assistentes sociais dentro da Política de Educação, de modo a, na esfera pública, operarem diretamente com esses programas e projetos de assistência estudantil, e na esfera privada organizarem e executarem os programas e projetos para a concessão de bolsas escolares.

O Serviço Social poderá contribuir, nas unidades educacionais, conectando esta realidade particular a um contexto mais amplo, na perspectiva da totalidade, dando visibilidade aos determinantes que incidem sobre aquela determinada comunidade. Só assim será possível romper a alienação que a lógica capitalista impõe aos indivíduos e às instituições. (BOLORINO, 2007, p. 224).

Além disso, o profissional de serviço social na defesa das condições de acesso à educação escolarizada deve fazer de maneira a consolidar a Política de Educação como um direito social efetivo.

3. 2 A Garantia da Permanência na Educação Escolarizada

No que diz respeito a atuação profissional voltada para a garantia da permanência na educação escolarizada nota-se que tem prevalecido duas situações, sendo o desenvolvimento de ações decorrentes das realizadas para a garantia do acesso ou de ações executadas por meio de programas e projetos específicos para o atendimento dessa demanda.

A permanência dos estudantes na Política de Educação nos diversos níveis de ensino ainda constitui uma das principais pautas na luta dos movimentos sociais, em específico, do movimento estudantil. E ainda que a partir dessa luta se obteve intervenção por parte do Estado estamos longe de que tais intervenções atinjam os diferentes níveis e modalidades da política educacional.

Tendo em vista que as estratégias institucionais para a garantia da permanência na educação escolarizada ainda não se traduz de igual maneira em todos os níveis e modalidades da política educacional a atuação profissional dos assistentes sociais ao pensarem suas ações individuais e coletivas deve levar em conta o modo elas ocorrem nos diversos níveis da educação (superior, ensino médio, ensino fundamental e infantil, entre outros) uma vez que os programas e projetos não são os mesmos.

Demonstra-se como um grande desafio profissional

compreender as estratégias forjadas no sentido de se assegurar às condições de permanência na educação escolarizada para além do nível ou modalidade ao qual se vincula diretamente, tomando-as como expressões das desigualdades que atravessam a política educacional e que, em última instância, expressam as desigualdades sociais que esta política contribui para reproduzir. (CFESS, 2013, p. 43)

Além disto, se representa como um desafio importante reconhecer os diversos sujeitos coletivos e os processos de luta na Educação para que seja possível efetuar articulações profissionais com os mesmos.

3.3 Garantia da Qualidade da Educação Escolarizada

A atuação profissional no que concerne a garantia da qualidade da educação deve estar direcionada para a emancipação da pessoa humana, de modo a desenvolver suas capacidades, sejam elas capacidades intelectuais ou manuais. A qualidade da educação ao mesmo tempo em que envolve a “formação intelectual, com domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, também engloba a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais” (CFESS, 2013, p. 44).

Práticas essas baseadas no respeito dos direitos humanos e as singularidades de cada indivíduo, considerando que o respeito à diversidade humana se faz fundamental para o desenvolvimento da autonomia.

Deste modo, a preocupação com a qualidade da educação não deve ser apenas de um profissional. As ações devem ser realizadas por meio de trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais para que se possa visualizar o Projeto Ético Político do serviço social, tendo como objetivo a supracitada emancipação dos sujeitos por meio do desenvolvimento de sua autonomia e capacidades.

CONCLUSÃO

A educação constitui uma das esferas mais importantes da vida social, envolvendo, além do sujeito: a família, questões políticas, econômicas e culturais. Conforme aludido, a mesma pode se desenvolver por meio de duas óticas: a emancipadora, de levar o indivíduo ao desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades humanas; e a controladora, enquanto um instrumento do capital para manter sua ordem.

Portanto, a educação pode possibilitar tanto a reprodução ideológica dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra-hegemônica, livre das opressões e alienações do capital.

Neste sentido, a atuação profissional do Assistente Social, mediante aos princípios, direitos e deveres estabelecidos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares, consiste em elaborar estratégias a partir da análise crítica da realidade de modo a desenvolver suas ações voltadas para a educação emancipadora.

Vale ressaltar ainda que a inserção dos Assistentes Sociais na Política de Educação nas últimas décadas se faz em meio as contradições das lutas societárias em torno dos processos de estabelecer a educação enquanto um direito social efetivo, garantindo sua universalização e qualidade, processo este que tem se traduzido em programas assistenciais por parte do Estado e direcionando a ação profissional principalmente para a garantia do acesso, da permanência e da qualidade da educação escolarizada..

Além disso, a educação pública firmada enquanto um direito social só é possível mediante ao envolvimento de outros agentes sociais além do segmento estudantil, como as famílias, os professores, profissionais que compõe a rede das demais políticas sociais e movimentos sociais por exemplo.

Portanto, torna-se evidente que a presença dos Assistentes Sociais no ambiente educacional é importante para a contribuição e ampliação do processo educativo, contribuindo para o acesso e permanência das crianças e jovens nas escolas, como também para a extensão dessa convivência à outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram esta oportunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios**. Belo Horizonte, 2005.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Anais do I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, V Fórum Serviço Social na Educação do GEPESS: **A Educação e o Serviço Social no contexto de crise do capital, III Encontro do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESS)**. Franca: UNESP – FCHS, 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1991.

MARTINS, Eliana Bolorino Carneiro. **O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político**. Campinas. Papel Social, 2012.